



Poder Legislativo
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
Gabinete do Deputado Wilker Barreto - PODEMOS

PROJETO DE LEI Nº 251 / 2019

(Autoria do Projeto: Deputado Estadual Wilker Barreto – ALEAM)

Estabelece diretrizes e parâmetros para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais voltadas à educação bilíngue Libras e Língua Portuguesa escrita a serem implantadas e implementadas no âmbito do Estado do Amazonas, e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece as diretrizes e os parâmetros que devem ser observados, no âmbito do Estado do Amazonas, para a implantação e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à educação bilíngue Libras e Língua Portuguesa escrita.

Parágrafo Único – As políticas públicas voltadas à educação bilíngue de que trata o *caput* deste artigo, destina-se, prioritariamente, às crianças, jovens e adultos com surdez, com surdez associada a outras deficiências, limitações, condições ou disfunções, filhos de pais surdos e surdo-cegueira, cujos pais do aluno, se menor, ou o próprio aluno, se maior, optarem por esse serviço.

Art. 2º Para a educação bilíngue Libras e Língua Portuguesa escrita, conforme Decreto 5.626/2005, serão utilizadas a Língua Brasileira de Sinais – Libras como primeira língua (L1), e a Língua Portuguesa escrita, como segunda língua (L2), nas seguintes perspectivas:

§1º A Língua Brasileira de Sinais – Libras (L1), reconhecida pela Lei 10.436/2002 será considerada como língua de comunicação e de instrução e entendida como componente curricular que possibilite aos surdos o acesso ao

conhecimento, a ampliação do uso social da língua nos diferentes contextos e a reflexão sobre o funcionamento da língua e da linguagem em seus diferentes usos.

§ 2º A Língua Portuguesa (L2), como segunda língua, deverá contemplar o ensino da modalidade escrita, considerada como fonte necessária para que o aluno surdo possa construir seu conhecimento, para uso complementar e para a aprendizagem das demais áreas de conhecimento e componentes curriculares.

Art. 3º O desenvolvimento das políticas públicas educacionais de que trata o Art. 1.º desta Lei, deve ser realizado por meio de escola pública bilíngue Libras e Língua Portuguesa escrita, em que devem ser ministradas todos os componentes curriculares, em todos os níveis e modalidades da educação básica e é assegurado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – Garantir a criação de Escolas Públicas de Tempo Integral Bilíngue Libras (L1) e Língua Portuguesa escrita (L2) , no Estado do Amazonas;

II – Oferecer, também, classes bilíngues Libras (L1) e Língua Portuguesa (L2), que funcionarão em escolas públicas inclusivas polo, em cada zona geográfica da capital e em cada município do interior do estado do Amazonas, tendo como critérios de escolha aquelas unidades educacionais de fácil acesso, considerando a mobilidade de transporte público para a comunidade escolar;

III – Oferecer comunicação em Libras e ensino de Libras, como primeira língua; e comunicação em Língua Portuguesa escrita e ensino de Língua Portuguesa escrita, como segunda língua;

IV- Promover educação na perspectiva bilíngue, nos diferentes níveis de instrução, que atenda, prioritariamente, aos alunos surdos, com surdez associada a outras deficiências, limitações, condições ou disfunções, filhos de pais surdos e surdo-cegueira;

V – Oferecer atendimento específico aos alunos surdos com deficiências associadas e surdo-cegos, de acordo com suas necessidades;

VI – Estabelecer, como línguas de comunicação e instrução para o ensino das disciplinas curriculares e demais atividades pedagógicas garantidas nesta Lei, a Língua Brasileira de Sinais - Libras, como primeira língua, e a Língua Portuguesa escrita, como segunda língua;

VII – Preservar os mesmos componentes curriculares da Base Nacional Comum no currículo das Escolas Públicas de Tempo Integral Bilíngue Libras e Língua Portuguesa escrita, permitida a adequação, a complementação e a suplementação, conforme necessário, garantindo-se o componente curricular Libras e Cultura Surda em todos os níveis e modalidades da educação básica;

VIII – Incluir, no quadro de profissionais administrativos e pedagógicos, prioritariamente professores surdos ou instrutores de Libras; professores bilíngues em Libras e Língua Portuguesa escrita que atuem em cada área específica do conhecimento; tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa escrita; guias-intérpretes, quando for o caso; e profissionais bilíngues em Libras e Língua Portuguesa escrita que atuem com a tecnologia de informação e de comunicação;

IX – Definir o perfil dos profissionais que atenderão às especificidades do ensino, em geral, do ensino de Libras e Língua Portuguesa escrita, conforme Decreto 5.626/2005, bem como o quantitativo destes profissionais;

X – Garantir, nos respectivos Projetos Políticos Pedagógicos, atividades de formação continuada em Libras, estudos surdos, culturais e práticas voltadas para a pedagogia visual, envolvendo a equipe docente, a equipe gestora, a equipe de apoio da unidade educacional e toda a comunidade escolar;

XI – Oferecer projetos que atendam às especificidades e às necessidades educacionais dos alunos, dos seus familiares, do corpo docente da instituição e dos demais profissionais do quadro administrativo da escola, visando a formação integral dos alunos;

XII – Preparar o aluno para o exercício da cidadania, de forma consciente, crítica e linguisticamente competente;

Art. 4º As diretrizes para a implantação das políticas públicas educacionais a serem implementadas devem priorizar os seguintes parâmetros, entre outros que se fizerem necessários:

I – Implantação de projeto-piloto;

II – Elaboração dos princípios pedagógicos e das normas de funcionamento;

III – Elaboração do Projeto Político Pedagógico;

IV – Definição do quantitativo e do perfil dos profissionais surdos e dos profissionais bilíngues que atuarão em cada área específica da instituição;

V – Definição de critérios necessários para a seleção dos profissionais bilíngues, com comprovada fluência em Libras;

VI – Estímulo à organização e à ampliação de programas específicos para elaboração de material didático e paradidático em Libras e de Libras, e também em Língua Portuguesa escrita e de Língua Portuguesa escrita, com recursos de multimídia, bem como, estímulo à utilização de mídias e novas tecnologias como meios de inclusão educacional dos surdos nas atividades escolares;

VII – Realização da comunicação e das atividades pedagógicas da escola em Libras, como primeira língua, e em e Língua Portuguesa escrita, como segunda língua;

VIII – Disponibilização de horário ao aluno surdo, em turno contrário ao do ensino, para atividades facultativas, extracurriculares, em parceria com a área da saúde ou demais áreas intersetoriais;

IX – Produção de material didático e paradidático pelo próprio corpo docente, com o apoio de especialistas engajados nas universidades, com estudos que contemplem a educação de surdos, a Língua Brasileira de Sinais, os estudos surdos

identitários e culturais, o ensino da Língua Portuguesa escrita como segunda língua, entre outros;

X – Aplicação de metodologia de ensino de Libras como primeira língua e de Língua Portuguesa escrita como segunda língua, da pedagogia visual e de recursos visuais, com vistas à melhoria do acesso à informação;

XI – Articulação com as demais políticas públicas que visam as especificidades e as necessidades sociais dos alunos surdos;

XII – Garantia de condições que assegurem a continuidade de estudos dos surdos nas demais etapas e modalidades de ensino, incluindo cursos pré-vestibulares, nas atividades acadêmicas oferecidas no contraturno;

XIII – Garantia para a educação integral bilíngue para surdos, observadas a Língua Brasileira de Sinais, como primeira língua, e a Língua Portuguesa escrita, como segunda língua, sendo estas as línguas de comunicação e de instrução das atividades escolares para o ensino de todas as disciplinas curriculares, em todos os níveis da educação básica.

CAPÍTULO II

DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA SURDOS

Art. 5º Para fins de visualização da implantação da Política Estadual de Educação de Tempo Integral Bilíngue Libras e Língua Portuguesa no Estado do Amazonas, as Escolas Estaduais de Educação Específica – EEEE, passam a ser denominadas Escolas Estaduais de Tempo Integral Bilíngue Libras e Língua Portuguesa escrita - EETIBL.

§ 1.º - Ficam consideradas Escolas Estaduais de Tempo Integral Bilíngue Libras e Língua Portuguesa para efeitos do “caput”, as escolas públicas estaduais que têm a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e de instrução, o que significa que ministram todos os conteúdos curriculares em Libras e ensinam Língua Portuguesa na modalidade escrita com técnicas de ensino de segunda língua.

§ 2º - As Escolas Públicas Estaduais Inclusivas, que trata o Art. 3º, Inciso II, desta lei, passam a ser denominadas Escolas Estaduais Inclusiva Bilíngue Libras e Língua Portuguesa escrita – EEIBL.

CAPÍTULO III

DO ATENDIMENTO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA

Art. 6º As Escolas Públicas Estaduais de Tempo Integral e Inclusiva Bilíngue Libras e Língua Portuguesa escrita, para garantir os direitos educacionais previstos nesta lei, deverão atender as seguintes diretrizes:

I - Constituir um ambiente linguístico no qual a língua de comunicação e instrução seja a Língua Brasileira de Sinais com o objetivo de promover a sua aquisição como primeira língua e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua;

II - Adotar práticas de promoção do ensino bilíngue, em diferentes níveis e modalidades de ensino;

III - Garantir a utilização da Língua Brasileira de Sinais como língua de construção e transmissão de conhecimentos, além de mecanismo de simples tradução e sem a exclusão do ensino da Língua Portuguesa, na forma escrita;

IV - Possibilitar estratégias de manutenção, fortalecimento e ampliação do uso dessas línguas em uma perspectiva de educação bilíngue;

V - Garantir que o ensino da Língua Portuguesa seja visto como segunda língua de instrução, com os métodos apropriados para o ensino da língua escrita;

VI - Garantir e assegurar a regularidade na oferta de vagas nas Escolas Públicas Estaduais de Tempo Integral e Inclusiva Bilíngue Libras e Língua Portuguesa escrita, e a seriação com base no currículo adaptado na perspectiva da educação bilíngue;

VII - Garantir o ingresso de alunos surdos com outras deficiências associadas e surdo cegueira, pautada na perspectiva da educação bilíngue previstos nesta lei, assegurando o direito de acesso e aprendizagem da língua brasileira de sinais como primeira língua.

Art. 7º A garantia dos parâmetros necessários à implantação das políticas públicas educacionais estabelecidas nessa Lei, deve incluir a oferta educacional dos seguintes níveis e modalidades de ensino:

I – Educação infantil, da forma que segue:

a) Estimulação precoce às crianças surdas, a partir da detecção da surdez;

b) Educação bilíngue às crianças surdas, do nascimento aos cinco anos, em instituições de educação infantil, propiciando a sua imersão na Língua Brasileira de Sinais, a fim de promover a aquisição da linguagem, em período propício, e o conhecimento de mundo, considerando a atuação de profissionais surdos, de forma a garantir o desenvolvimento linguístico, cognitivo, emocional, psíquico, social e cultural, bem como a formação da identidade das crianças surdas, a partir da promoção do desenvolvimento bilíngue dessas crianças;

II – Ensino Fundamental I, da forma que segue:

a) Estimulação e ampliação de programas específicos para elaboração de material didático e paradidático em Libras, utilizando-se dos recursos de multimídias;

b) Estimulação da utilização de mídias e tecnologias modernas, como meios de inserção do surdo nas atividades, privilegiando a educação viso-espacial, com melhoria do acesso a informações e possibilidades de registros do cotidiano, cultura e identidade surdas, podendo assim ser preservados e disseminados na comunidade escolar;

c) Distribuição de livros e materiais didáticos produzidos a partir de pesquisas sobre a cultura surda e, sem prejuízo de outros materiais adaptados.

d) Educação bilíngue aos alunos matriculados, nos termos dessa lei;

III- No Ensino Fundamental II, garantir aos alunos surdos o acesso ao ensino fundamental II e o direito a ter professores habilitados em cada área específica do conhecimento para instruí-los, na perspectiva da educação bilíngue previstos nesta lei, e em consonância com as legislações educacionais gerais e específicas vigentes;

III – Ensino médio: garantir aos alunos surdos o acesso ao ensino médio e o direito a ter professores habilitados em cada área específica do conhecimento para instruí-los, na perspectiva da educação bilíngue, previstos nesta lei, e em consonância com as legislações educacionais gerais e específicas vigentes;

IV – Educação de Jovens e Adultos – EJA: atendimento no primeiro, no segundo e no terceiro segmentos, diurno e noturno, da Educação de Jovens e Adultos, conforme a idade, a necessidade e o interesse dos alunos e dos seus familiares;

V – Educação profissional, da forma seguinte:

a) Acesso à educação profissional, com as mesmas garantias e recursos utilizados na educação regular;

b) informação aos alunos sobre educação profissional, propostas salariais, acesso a cursos profissionalizantes e concursos.

Art. 8º Para a implantação e a implementação do projeto-piloto de que trata o Art. 4º, inciso I, desta lei, deve ser assegurada a participação de entidades representativas dos surdos e de pesquisadores de instituições públicas e privadas que atuem em favor da inclusão social e educacional dos surdos, de forma a garantir:

I – A participação de entidades e instituições que tenham conhecimento e experiência reconhecida para o desenvolvimento de suas ações conjuntas;

II – O respaldo de pesquisas desenvolvidas, no Brasil e fora dele, por pesquisadores das áreas de Educação, Letras e Linguística, especializados na educação de surdos, na estrutura de Libras e no ensino de Libras e da Língua Portuguesa escrita como segunda língua.

CAPÍTULO IV

DA INTEGRAÇÃO ENTRE ALUNOS E PROFESSORES

Art. 9º Deverá ser dada preferência ao contato dos alunos surdos com os professores surdos, como oportunidade de identificação linguística e cultural, e auxílio colaborativo para a construção de uma autoimagem positiva do surdo, inclusive na sua constituição como cidadão.

Art. 10º Deve ser estimulada a participação dos estudantes surdos em eventos culturais e esportivos, com o intuito de promover o protagonismo surdo e a divulgação das atividades por eles desenvolvidas, com vistas à inclusão social, ao intercâmbio dos alunos surdos com outros participantes de eventos culturais e esportivos, à ampliação de oportunidades, à aquisição de hábitos e à identificação de talentos representativos nas áreas culturais e esportivas.

Art.11 As Escolas Públicas Estaduais de Tempo Integral e Inclusivas Bilingues que trata esta lei, poderão oferecer curso de Libras gratuito, para fins de promover melhor comunicação entre pais e familiares dos alunos surdos.

CAPÍTULO V

DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFESSORES

Art.12 O Poder Público, a fim de garantir a qualidade do ensino aos alunos surdos poderá estabelecer uma política conjunta de estímulo aos professores ouvintes e surdos, e aos alunos surdos, com as seguintes diretrizes:

I - Garantir aos professores ouvintes e surdos, que atuam nas Escolas Estaduais de Educação Bilíngue Libras e Língua Portuguesa escrita, tenham formação em Pedagogia para trabalharem com alunos surdos desde a educação infantil ao Ensino Fundamental I, bem como formação específica para cada área de conhecimento do ensino fundamental ciclo II.

II - Garantir aos professores ouvintes e surdos da Rede Estadual de Ensino do Estado do Amazonas, a formação inicial e continuada em Língua Brasileira de Sinais – Libras, bem como de outros estudos e conhecimentos sobre história, cultura e identidade da língua de sinais e gramática da língua gesto-visual das comunidades surdas.

III - Garantir aos professores surdos e ouvintes da Rede Estadual de Ensino do Estado do Amazonas, a formação de grupo de pesquisas de Libras, com estímulo a elaboração e desenvolvimento de propostas pedagógicas e materiais didático-pedagógicos coerentes com o conhecimento geral do mundo, envolvendo a língua, cultura e identidade das comunidades surdas;

IV - Garantir aos professores ouvintes e surdos a possibilidade de oferecer conhecimentos sobre arte, literatura, história das comunidades surdas, associações, movimentos surdos, entre outros conhecimentos que possam contribuir para a formação de identidade dos alunos surdos;

VI - Garantir a participação da comunidade surda, na formação de grupo de educadores surdos, professores, tradutores-intérpretes de Libras, em todos os momentos de decisão, acompanhamento, avaliação relacionados à educação na

perspectiva bilíngue, com representação na composição do Conselho Estadual de Educação – CEE, no Estado do Amazonas.

CAPÍTULO VI

DA ACESSIBILIDADE

Art.13 Deverá ser inserida prova de proficiência em Libras nos concursos e outros processos seletivos para professores de todas as modalidades de ensino da educação básica, para fins de ingresso de profissionais da educação básica na Rede Estadual de Ensino do Estado do Amazonas;

Art. 14 O Poder Público poderá adotar formas de estímulo à presença de Tradutor/Intérprete de LIBRAS para surdos e do Guia-intérprete e do instrutor mediador para as pessoas com surdo cegueira e deficiência múltipla, tendo como fator determinante para a presença destes profissionais a existência de alunos surdos ou com surdo cegueira;

Art.15 O Poder Público, para fins de implantação e desenvolvimento de políticas públicas voltadas à educação bilíngue Libras e Língua Portuguesa escrita, no âmbito do Estado do Amazonas, deverá ampliar o número de Escolas Estaduais de Tempo Integral Bilíngue Libras e Língua Portuguesa, criando condições estruturais, técnicas e pedagógicas de receber alunos surdos.

Art.16 O Poder Público, a fim de viabilizar a implantação e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à educação bilíngue Libras e Língua Portuguesa escrita, no âmbito do Estado do Amazonas, deverá oferecer condições estruturais, técnicas e pedagógicas para as Escolas Estaduais Inclusivas, que oferecem Classes Bilingues Libras e Língua Portuguesa escrita.

Art. 17 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias.

Art. 18 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19 Revogam-se as disposições em contrário.

**PLENÁRIO RUY ARAÚJO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
AMAZONAS, EM MANAUS, 23 DE ABRIL DE 2019**


WILKER BARRETO
Deputado Estadual - PODEMOS



Poder Legislativo
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
Gabinete do Deputado Wilker Barreto

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei vem promover um verdadeiro avanço para a implantação e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à educação bilíngue Libras e Língua Portuguesa escrita, no âmbito do Estado do Amazonas.

As leis e decretos promulgados na última década, ampliam o campo de atividades referentes aos surdos, destacando-se o reconhecimento pela **Lei Brasileira nº 10.436, de 24/04/2002**, da **Língua Brasileira de Sinais – Libras, como língua oficial**, abrindo o caminho para a educação bilíngue para os surdos e a aceitação da existência de uma “cultura surda”.

O **Decreto nº 5.626 de 22/12/2005**, regulamenta a Lei nº 10.436/2002, e em seu capítulo VI, artigo 22 determina que se organize, escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes

A **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação, na Meta 4, a estratégia 4.7, preconiza que é dever do poder público ofertar a educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - Libras, na perspectiva de uma educação inclusiva.

No **Decreto n.º 9.665, de 02/01/2019**, aponta no Art.35, a criação da Diretoria de Políticas da Educação Bilingue de Surdo, no intuito de fomentar a criação de Escolas Bilingues de Surdos, em todo o território nacional, com oferta de educação integral, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, bem como, definir e implementar ações de apoio didático, técnico e **financeiro** ao ensino bilíngue.

A **Constituição da República Brasileira/1988**, no artigo 205 preconiza a educação como direito de todos, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em 2018, a Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC e o Ministério Público do Estado do Amazonas - MP-AM assinaram Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, no qual aponta para a necessidade de implantação da educação bilíngue na Escola Estadual Augusto Carneiro, visto ser a

implantação da educação bilíngue na Escola Estadual Augusto Carneiro, visto ser a única escola específica para atendimento de alunos surdos. O noticiado à época destacou que a referida escola seria a primeira na região norte a atender em bilinguismo.

Em consulta realizada acerca da regulamentação da educação bilíngue em outros estados e capitais do Brasil constatou-se que desde 2011, há publicações de leis sancionadas nos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Goiás e Distrito Federal.

O ensino bilíngue é o método que mais se aproxima do respeito ao sujeito surdo em sua identidade e cultura. A preocupação, inerente a esta proposta, é garantir o direito à educação, de forma efetiva e completa, reconhecendo suas diferenças e capacidades. Além disso, dentre as propostas para o ensino de surdos, esta é a que mais aparece, hoje, nos documentos oficiais brasileiros, sendo recomendada como modelo para as escolas inclusivas.

Assim, pelos motivos expostos, espero contar com o apoio dos nobres colegas deputados para aprovação do presente Projeto de Lei.

Plenária das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2019.

Wilker Barreto
Deputado Estadual – PODEMOS